



LICENÇA ÚNICA
LU n.º 32/2023

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA), criada pela Lei n.º 5.769/2013, com respaldo na Resolução CONAMA n.º 237/1997, na Resolução CONSEMA n.º 04/2000, na Lei Complementar n.º 140/2011 e na Resolução CONSEMA 372/2018, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274/1990, considerando o Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente firmando entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM) e O Município de Santa Maria, publicado em maio de 2019, e com base nos autos do Processo Administrativo n.º 510/2023, concede a presente LICENÇA ÚNICA (LU), nas condições e restrições a seguir especificadas:

IDENTIFICAÇÃO

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: Município de Santa Maria - Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos - Solicitado: Engenheiro Civil Engº Civil Jacques Allan Ottobelli Lemos, CREA/RS 225198 / Matrícula PMSM 18082-3	
CPF/CNPJ: 88.488.366/0001-00	E-MAIL: smis@santamaria.rs.gov.br
ENDEREÇO: Avenida Nossa Senhora da Medianeira 179	
BAIRRO: Nossa Senhora da Medianeira	FONE: (55)32231616
EMPREENDIMENTO: Estrada Januário Chagas Franco - 9º Distrito, Santa Flora	
BACIA HIDROGRÁFICA: Vacacaí-Vacacaí Mirim	
ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE - ACESSOS/ VIADUTOS/ VIAS MUNICIPAIS	
CODRAM: 3457,00	COMPRIMENTO (M) : 50 m cada lado
PORTE: Mínimo	POTENCIAL POLUIDOR: Baixo
PROCESSO ANM:	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (WGS84): LAT: 29°53'6.14"S / LONG: 53°48'56.21"O	
VALIDADE: 27/10/2027	

ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE EXCLUSIVAMENTE A FINS AMBIENTAIS.

1. Condições Gerais:

1.1 Este Parecer contempla a análise para emissão de Licença Única para a obra do sistema de macrodrenagem pluvial da Estrada Januário Franco Chagas, distrito de Santa Flora que contempla a reutilização de tubos de concreto de 2,00m de diâmetro existentes no local, com posterior execução de bocas de bueiro triplas tubulares de concreto – BTTC, para o escoamento das águas pluviais contribuintes das áreas adjacentes ao local. Conforme projetado será executado desassoreamento de 50 m para cada lado da estrada. com 10 m de largura.

1.2 Esta LU é vinculada ao ALSF N° 123/2023.

2. Localização:

2.1 As intervenções das obras deverão se limitar ao trecho de 50 m para cada lado da estrada, conforme descrito no projeto protocolado nesta SMA,

Coordenadas da intervenção na estrada: LAT: 29°53'6.14"S LONG: 53°48'56.21"O.

3. Quanto a responsabilidade técnica;

3.1 Para Transferência de Responsabilidade Ambiental na execução da obra, entre a PMSM/SMISP e a empresa Contratada, a qualquer termo, deverá ser apresentada na SMA, previamente a execução da obra, TERMO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA ÚNICA assinado pelo Responsável Técnico da Contratada e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra;

3.2 A Licença Ambiental Única não alcança a aprovação dos projetos analisados na SMA, cabendo ao projetista e a Secretaria Responsável encaminhar a aprovação para os órgãos competentes da PMSM;

3.3 O projeto é de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil Engº Civil Jacques Allan Ottobelli Lemos, CREA/RS 225198 / Matrícula PMSM 18082-3, e solicitado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

3.4 A existência da Licença Ambiental Única para execução da obra, bem como suas condicionantes, deverão ser informadas para a empresa Contratada e a seus Técnicos, para efetivo cumprimento e responsabilidades, sendo recomendado a citação da Licença Ambiental e seus Termos, ainda na fase licitatória dos contratos.

3.5 As intervenções físicas e ambientais não poderão atingir áreas não licenciadas, especialmente Áreas de Preservação Permanente – APPs, se existirem no local.

3.6 As intervenções das obras deverão garantir a estabilidade dos terrenos, cabendo se for o caso medidas de contenção de taludes,





condução das águas pluviais e controle de processos erosivos.

4. Quanto a execução da obra.

- 4.1 O material utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;
- 4.2. Não poderá ser utilizado material mineral (fragmentos/seixos rolados) oriundo de cursos d'água ou de qualquer outra área de preservação permanente ou de área não licenciada;
- 4.3 O material excedente do processo de desassoreamento (bota-fora/material inerte) deverá ser disposto em local adequado, de acordo com as normas ambientais vigentes;
- 4.4 O desassoreamento autorizado neste parecer contempla apenas 50 m para cada lado da estrada na largura de 5 metros para cada lado do eixo do arroio. Qualquer intervenção além destas dimensões não está autorizada e será passível de multa ambiental aos responsáveis.
- 4.5. A execução da obra deverá seguir rigorosamente esta Licença Única e os projetos aprovados no órgão competente, sob pena de cassação desta LU.
- 4.6. Havendo identificação de impactos ambientais não previstos no licenciamento ambiental, as atividades deverão ser suspensas e os impactos deverão ser imediatamente comunicados, assim como propostas medidas mitigadoras junto à SMA;
- 4.7. Em caso de necessidade de aquisição de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;
- 4.8. Todo material mineral utilizado na obra deverá ser proveniente de áreas devidamente licenciadas;
- 4.9 O material excedente dos trabalhos de terraplanagem/terraplenagem somente poderá ser utilizado na área do empreendimento, em locais ambientalmente adequados de acordo com a legislação vigente, sendo vedada a sua comercialização;
- 4.10. O material retirado do leito que conter resíduos sólidos urbanos deverá ter destinação a local devidamente licenciado para o recebimento;

5. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 5.1. Os Resíduos provenientes ao Manejo Florestal quando não passível de utilização, deverá ser destinado em local devidamente licenciado para seu recebimento;
- 5.2. Os resíduos da construção civil devem ser geridos conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, devendo haver responsável técnico pela sua execução e decreto executivo municipal 146/2009;
- 5.3 Os resíduos da construção civil não podem ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos ou em lotes vagos, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;
- 5.4. Os resíduos gerados deverão ser comprovadamente destinados a locais licenciados para seu recebimento;

6. Quanto aos Óleos Lubrificantes e Combustíveis gerados na obra:

- 6.1. As máquinas, veículos, empilhadeiras e outros equipamentos que apresentem vazamentos ou gotejamentos de óleo deverão ser imediatamente retiradas do serviço e conduzidas para o devido reparo;
- 6.2. O armazenamento de combustíveis e óleos lubrificantes deverá se dar em tanques aéreos, dotados de bacia de contenção com capacidade compatível com o volume armazenado, piso impermeabilizado e válvula de retenção;
- 6.3. As áreas onde ocorrem atividades de abastecimento e manutenção de veículos, maquinário ou equipamentos devem ser dotadas de sistema de drenagem oleosa (piso impermeabilizado, canaletas periféricas e caixa separadora água e óleo), em conformidade com a NBR 14605-2;
- 6.4. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa de retenção de areia e caixa separadora água/óleo;

7. Quanto a Supervisão Ambiental:

- 7.1. A contratada para execução da obra deve manter responsável técnico (com ART) por fazer cumprir as condições e restrições da licença, o qual deverá comunicar o órgão ambiental sempre que:
 - (a) forem iniciadas as obras, indicando o responsável técnico pela supervisão (e sua ART com validade compatível com o cronograma);
 - (b) cronograma e os locais de intervenção para cada etapa;
 - (c) iniciada e finalizada a supressão vegetal autorizada;
 - (d) constatadas não conformidades em relação à licença, informando a medida corretiva adotada ou plano de ação corretiva (no qual identifique local do ocorrido, ação corretiva proposta, responsáveis e cronograma);
- 7.2. Devem ser mantidos na obra os seguintes documentos: (a) licença emitida e a cópia da ART do responsável técnico pela supervisão ambiental; (b) o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a cópia da ART do responsável técnico pela execução e os comprovantes de destinação dos resíduos; (c) cópia das licenças das jazidas de material mineral utilizado e respectivos comprovantes;

8. Condicionantes Legais:

Em razão do cargo, este parecer se restringe a análise técnica dentro das atribuições profissionais de Engenheiro Civil (Lei nº 5.194/66 e Lei nº 6.496/77).

A responsabilidade legal pelas informações declaradas é do requerente, representante legal e/ou responsável técnico, todos na forma de corresponsáveis, civil e criminalmente, pelas informações prestadas, respondendo pelos danos porventura causados ao Município e a terceiros.





9 - Quanto ao meio biótico:

1. Esta LU autoriza a supressão de vegetação nativa conforme ALSF N° 123/2023.
2. Fica proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa;
3. As medidas adotadas para a recuperação deverão proporcionar a recuperação e sucessão ecológica do local;
4. Os exemplares arbóreos nativos presentes na área por estabelecimento espontâneo deverão ser mantidos, bem como a vegetação de cobertura do solo (forrageiras);
5. Não poderão ser implantadas espécies exóticas invasoras, conforme Portaria SEMA n.º 79/2013;
6. O empreendedor deverá coibir a prática da caça/apreensão de animais silvestres na propriedade;
7. Não está autorizado o resgate/a captura de fauna através desta licença. Caso seja necessário, o empreendedor deverá buscar licenciamento específico para este fim, vinculado ao empreendimento licenciado;
8. Fica terminantemente proibido qualquer tipo de intervenção sobre a fauna nativa sem prévia autorização do órgão ambiental competente.

10 - Quanto à preservação e à conservação Ambiental:

1. As Áreas de Preservação Permanente - APPs, definidas na Lei Federal n.º 12.651/2012, alterada pela Lei Federal n.º 12.727/2012; nas Resoluções CONAMA n.º 302/2002 e n.º 303/2002; nas Leis Estaduais n.º 9.519/1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul) e 15.434/2020 (Código Estadual do Meio Ambiente); nas Leis Municipais n.º 117/2018 (Lei de Uso e Ocupação do Solo); e demais legislações vigentes, deverão ser mantidas, preservadas e recuperadas, conforme determina a legislação ambiental;
2. Deverá ser assegurada a não contaminação do solo e das águas;
3. Na ocasião de descoberta fortuita de quaisquer elementos fósseis na área do empreendimento, deverá ser feita a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA) ou instituições credenciadas (UFSM/CAPPA), conforme suas competências, para que se proceda com a devida retirada do material fóssil (salvamento paleontológico);
4. Deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto em lei.

Documentos a apresentar na renovação desta Licença:

1. Requerimento assinado pelo representante legal, solicitando a renovação desta LU;
2. Relatório final;
3. Documento que contenha o estudo e a justificativa técnica da necessidade de renovação, acompanhado de novo cronograma executivo;
4. Em caso de encerramento, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias antes do término da vigência da LU, deverá ser solicitado o Termo de Encerramento, com a apresentação do relatório final;
5. Outros documentos que se fizerem necessários, à critério desta SMA.

Observações:

1. A competência para licenciamento ambiental deste porte pela SMA é sustentada pelo Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, firmado entre FEPAM e Município de Santa Maria;
2. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos e as informações apresentados são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais;
3. É obrigação do empreendedor e seus responsáveis técnicos o estrito cumprimento das normas técnicas vigentes;





4. Esta licença é válida para as condições supra descritas pelo período de quatro (04) anos, entretanto, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas na legislação em vigor;
5. Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos não corresponderem à realidade;
6. Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à SMA, sob pena de o empreendedor, acima identificado, continuar com a responsabilidade sobre a atividade/o empreendimento licenciado(o) por este documento;
7. Esta licença é válida enquanto perdurarem as atuais normas legais, possibilitando-se sua revisão ou revogação por este órgão ambiental, a qualquer tempo, inclusive caso haja alterações na atividade;
8. Esta licença não autoriza ou dispensa de licenciamento quaisquer outras atividades passíveis de licenciamento ambiental ordinário e/ou florestal que venham a ser desenvolvidas pelo empreendedor;
9. Esta licença não exime o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais, pois não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
10. A renovação desta licença deverá ser requerida, no mínimo, 120 dias antes de seu vencimento;
11. Esta licença restringe-se exclusivamente a fins ambientais.

**Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.
Este documento é válido para as condições anteriores até de vencimento.**

Santa Maria/RS, na data da assinatura digital.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

Em conformidade com o Parecer Técnico 524/2023
Maurício Theodorico Mezzomo em: 19/10/2023

Autenticidade: FH2928312345524

